COLEÇÃO
SABER E
SOCIEDADE

HISTÓRIA DO BRASIL

Vol. I

AUTORA:

JOANA CAROLINA SCHOSSLER

EDITORA INSTITUTO CONHECIMENTO LIBERTA

JOANA CAROLINA SCHOSSLER

HISTÓRIA DO BRASIL VOL.1:
ALIANÇAS INTERCULTURAIS E OS MÚLTIPLOS USOS E SIGNIFICADOS DA CRUZ À ÉPOCA DA COLONIZAÇÃO DO BRASIL (1500-1614)

Editora Instituto Conhecimento Liberta

Ficha técnica

Título do Livro:
HISTORIA DO BRASIL VOL.1: ALIANÇAS INTERCULTURAIS E OS MULTIPLOS USOS E SIGNIFICADOS DA CRUZ A EPOCA DA COLONIZAÇÃO DO BRASIL (1500-1614)

Curadoria
Lindener Pareto

Autora:
Joana Carolina Schossler

Produção editorial:
Mariana Paulon, Marielly Agatha Machado, André Chacon

Coordenação de Design Gráfico:
Eduardo Marinho Júnior

Designer gráfico:
Matheus Braggion

Capa:
Matheus Braggion

Curadoria da coleção Saber e Sociedade:
Suze Piza

© Editora Instituto Conhecimento Liberta, São Caetano, 2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Schossler, Joana Carolina
História do Brasil [livro eletrônico] : alianças interculturais e os múltiplos usos e signifcados da cruz à época da colonização do Brasil (1500-1614) : vol. I / Joana Carolina Schossler. -- São Caetano do Sul, SP : Instituto Conhecimento Liberta, 2022. -- (Saber e sociedade ; 1)

Bibliografia.
ISBN 978-65-997653-0-8

1. Brasil - Civilização - História 2. Brasil - Colonização 3. História do Brasil I. Título II. Série.

22-107897 CDD-981

Índices para catálogo sistemático:

1. História do Brasil 981

Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Editoria Instituto Conhecimento Liberta
Alameda Terracota, 215, Conj. 1511
Cerâmica, São Caetano do Sul, SP
CEP 09531-190
Tel: (11) 94172- 8439

ISBN: 978-65-997653-0-8

9 786599 765308

Sumário

Apresentação..... 6

Introdução..... 7

A cruz nos padrões como sinal religioso, de orientação, posse e vitória..... 10

A cruz como sinal de posse..... 12

Per majorem gloria Regis (Pela maior glória do Rei)..... 16

A cruz como sinal para os navegadores..... 24

Considerações finais..... 33

Referências..... 34

Sobre a autora 36

Apresentação

História do Brasil, volume I, Alianças interculturais e os múltiplos usos e significados da cruz à época da colonização do Brasil (1500-1614) é parte da coleção Saber e sociedade. A coleção tem por objetivo contribuir com a introdução ao estudo das Ciências Humanas propondo reflexão de temáticas fundamentais para compreensão do nosso tempo e espaço.

Nos últimos anos, o Brasil sofreu um ataque sistemático à cultura, à ciência e à educação. Acreditamos que a leitura de livros é uma prática fundante na reconstrução de laços coletivos perdidos, bem como na produção de conhecimento necessária para enfrentarmos os desafios que teremos pela frente.

Neste volume, a historiadora Joana Schossler, narra que em 1500, antes de deixar o Brasil em direção ao Oriente, os portugueses ergueram uma cruz. Um ano depois, padrões com o símbolo das armas de Portugal e a cruz dos cristãos foram colocados ao longo da costa brasileira. Já em 1504, outra cruz foi plantada na costa brasileira pelos franceses. Alguns anos depois, os espanhóis também plantaram uma cruz no litoral. Por meio dos relatos de viajantes, de cronistas, da interpretação historiográfica e da produção pictórica, o presente estudo visa tratar das alianças interculturais entre europeus e indígenas e os múltiplos usos e significados atribuídos às cruzes chantadas na costa brasileira durante o período colonial.

Neste primeiro volume de História do Brasil o leitor e leitora será introduzido em temáticas essenciais ao nosso presente como colonialismo, expansão ultramarina, alianças interculturais.

Boa leitura,
Suze Piza

Enquanto símbolo religioso, a cruz teve múltiplos usos e significados ao longo da expansão do cristianismo. Desde o seu histórico mais primitivo, a cruz foi levada por vários grupos cristãos às terras circunvizinhas da Palestina. Sob a pax romana, o símbolo cristão foi sendo conhecido clandestinamente tanto na Roma quanto em Bizâncio. Após a conversão de Constantino, a religião cristã se expandiu pela Europa ocidental e oriental. Tanto a Igreja Apostólica Romana quanto a Ortodoxa Grega a partir do século V ampliaram suas áreas de influência.

De Roma para a Europa ocidental e de Constantinopla para a Europa oriental, para o Egito e para a Ásia menor, a cruz dos cristãos foi disseminada por vários meios.

Com a conversão de reis, príncipes e imperadores, principalmente após o batismo de Clóvis, rei dos francos, o cristianismo passou também a se impor e a subjugar povos. A definição agostiniana da "bellum iustum" (guerra justa) favoreceu a expansão do cristianismo sobre o paganismo, principalmente na Europa.

Embora outras correntes do cristianismo tenham adotado a cruz como símbolo de sua expansão, foi o cristianismo europeu que a levou mais longe. Durante a Alta Idade Média, o trabalho dos missionários em terras célticas, anglo-saxônicas, germânicas, entre outras, divulgou a cruz romana em toda a Europa ocidental, assim como outras cruzes (da Igreja ortodoxa grega ou a copta) acabaram se espalharam pela Europa oriental, Ásia e pelo norte da África.

A partir do século XII, a cruz romana rompe as fronteiras européias e chega à terra dos Sarracenos. Nicéia, Antioquia e Jerusalém são ocupadas pelos cruzados que "sob o signo da cruz" vencem os mouros em sangrentas batalhas. Em 1415, a ocupação de Ceuta principia uma nova conquista dos cristãos, agora sobre o norte da Europa Infante D. Henrique, Cavaleiro da Ordem de Cristo, navegadores portugueses, italianos e mesmo dinamarqueses percorrem o litoral africano.

Em meados do século XV, a Igreja Católica Romana legitimou e estimulou as conquistas portuguesas na África. As bulas papais de Nicolau V concediam ao rei português e a seus descendentes todas as terras e ilhas descobertas no Atlântico. Também as bulas de Calisto III e de Xisto IV revestiram à expansão ultramarina com um manto missionário religioso. No último quartel do século XV, os portugueses já se encontram na África equatorial. Entre 1482 e 1486, o navegador português Diogo Cão alcança a costa do reino do Congo e fixa quatro padrões com o brasão português e a cruz dos cristãos.

Figura 1: Padrão português no Cap Cross.

No final do século XV, a cruz será plantada em outro continente até então desconhecido dos europeus. Após a tomada de Granada, última fortificação moura na Península Ibérica, uma bula do papa Alexandre VI confere aos reis católicos de Aragão e Castela direitos de posse no além-mar. Em 1492, o genovês Cristovão Colombo tomou posse em nome da coroa espanhola de supostas ilhas do Oriente, onde mandou erigir cruzes. Em 1498, o português Vasco da Gama chega à Índia, após ter metido padrões na África austral e em Melinde, na ilha de São Jorge, e mais dois ainda na Índia (BARROS, 1982, p.81). Em suma, no final do século XV, os ibéricos plantam cruzes na África e na Ásia, mas também num novo continente que não tardará a receber o cognome de Novo Mundo. Trata-se do início do colonialismo europeu sob a égide do cristianismo.

Em 1500, com a chegada dos portugueses uma cruzfoi erguida no Brasil. Um ano depois, padrões foram colocados ao longo da costa brasileira com o símbolo das armas de Portugal e a cruz dos cristãos. Em 1504, outra cruz foi plantada na costa brasileira por franceses. Alguns anos depois, espanhóis também plantaram uma cruz no litoral brasileiro. Porém, a leitura da carta do português Pero Vaz de Caminha, da relação do normando Binnot de Gonneville e do relato do alemão Hans Staden revelam funções distintas às cruzes referidas.

Figura 2: Padrão português colocado em Cananéia, litoral paulista, em 1501.

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, RJ

Múltiplos usos e significados da cruz podem ser encontrados em outros relatos e documentos dos séculos XVI e XVII. Ainda no primeiro quartel do século XIV, os ibéricos realizaram a primeira circunavegação e plantaram cruzes em terras e ilhas onde abundavam as tão cobiçadas especiarias. O império espanhol chegou a oferecer a cruz aos ilhéus do Pacífico como símbolo de sua proteção. O francês Jacques Cartier, antes de seu percurso ao Oriente pelos mares do Sul, tenta uma passagem pelo Setentrião em 1534. Conforme o relato de sua primeira viagem ao Canadá, Cartier também plantou uma cruz em terra nova. Oitenta anos depois da primeira viagem de Jacques Cartier ao Canadá, outra cruz foi plantada por franceses no norte do Brasil. Durante o cerimonial de fundação da França Equinocial, uma cruz foi erigida e seu significado detalhado pelo padre capuchinho Claude d'Abbeville.

As cruzes erguidas por ordem do genovês Cristóvão Colombo, do português Pedro Álvares Cabral, dos franceses Binnot de Gonneville, Jacques Cartier e Sieur de La Ravardière em diferentes partes do Novo Mundo acusam uma prática comum entre os representantes de reis católicos da Espanha, de Portugal e da França. Porém, essa prática não tem um único significado. Os múltiplos usos e significados das cruzes é o que se verá a seguir a partir do estudo de alguns casos referente ao Brasil do século XVI e início do século XVII.

A cruz nos padrões como sinal religioso, de orientação, posse e vitória

E ao imenso e possível oceano Ensinam estas Quinas, que aqui vês,
Que o mar com fim será grego ou romano: O mar sem fim é português.
Fernando Pessoa

Durante a expansão ultramarina portuguesa, padrões foram colocados desde a costa africana até a Índia. Além do brasão português, no mourão de pedra era gravada a cruz dos cristãos, que representa um sinal de caráter religioso do empreendimento colonizador português, ao mesmo tempo em que sinaliza os domínios do Império português e sua vitória sobre infiéis e pagãos. Segundo Patricia Seed (1999, p.171), os portugueses estavam principalmente registrando sua descoberta de regiões anteriormente desconhecidas dos europeus. As inscrições na pedra eram bastante específicas, pois eram registros de descobertas.

No final do século XV, Vasco da Gama deu ordem de colocar cinco padrões desde o último erguido por Bartolomeu Dias na África austral em 1488 até Calecut, na Índia. Os padrões tinham nomes que evocavam a missão religiosa desse empreendimento: "[...] deixou Vasco da Gama nesta viagem postos cinco padrões: São Rafael no rio dos Bons Sinais, São Jorge de Moçambique, Santo Espírito em Melinde, Santa Maria nestes ilhéus, e o último por sítio Calecut, chamado São Gabriel" (BARROS, 1982, p. 81).

Fazendo alusão aos grandes feitos dos gregos, João de Barros salienta o caráter religioso cristão das façanhas náuticas portuguesas, sem deixar de assinalar que os padrões são símbolo da vitória (BARROS, 1982, p. 82).

> **Certo, grave e piedosa coisa de ouvir, ver uma nação a que Deus deu tanto ânimo que, se tivera criado outros mundos já lá tivera metido outros padrões de vitórias, assim é descuidada na posteridade de seu nome, como se não fosse tão grande louvor dilatá-la por pena, como ganhá-lo pela lança (BARROS,1982, p.83).**

---

[1] No relato de Jacques Cartier há duas menções aos indígenas do Brasil. Por isso, pode-se deduzir que ele esteve no Brasil antes de 1534. Aliás, sua mulher foi madrinha de batizado de uma índia brasileira na igreja de Saint-Malo.

A partir de 1501, a costa brasileira também foi demarcada com padrões, segundo Moniz Bandeira (2000, p. 61) “a povoação em que Diogo Álvares residia”, era denominada de Ponta do Padrão “em virtude do marco ali deixado por uma das expedições portuguesas de 1501 ou 1503”. Este mesmo padrão foi mencionado por Frei Vicente do Salvador ao se referir à Capitania baiana.

> As ilhas que dentro de si tem, entre grandes e pequenas, são trinta e duas: só tem um senão que é não se poder defender a entrada dos corsários, porque tem duas bocas ou barras uma dentro da outra: a primeira a leste da ponta do padrão da Bahia ao morro de São Paulo, que é doze léguas, a segunda que é a interior, do sul da dita barra ou ponta do Padrão à ilha de Taparica, que é boca de três léguas (SALVADOR, 1982, p.112).

A disputa pelos territórios tornava a marcação com padrões ou cruz um símbolo de posse para aquele que primeiramente chegasse à nova região.

Porém, respeitar o ritual não era necessariamente uma regra. Tomé de Souza, ao navegar de São Vicente até o Rio da Prata, informa que durante o percurso estavam algumas armas de Castela em algumas partes; onde mandou tirá-las, deitar no mar e pôr as V.A (ALGUNS DOCUMENTOS SOBRE A COLONIZAÇÃO, 1989, p. 187).

Além dos mourões de pedra, os portugueses também ergueram cruzes de madeira nas terras e ilhas achadas. A cruz de madeira também teve múltiplos usos e significados, no entanto, não foram apenas os portugueses que afincaram cruzes no Novo Mundo. Espanhóis e franceses plantaram as suas, inclusive no litoral brasileiro.

A cruz como sinal de posse

Sem deixar de ser um símbolo da vitória "dos homens em nome da religião cristã" diante dos perigos de navegar por "mares nunca dantes navegados", a cruz alçada em novas terras é um sinal de posse.

No Brasil, antes de sua partida rumo à Índia, Pedro Álvares Cabral deu ordem de erguer uma cruz. Como o caminho a ser percorrido até Calecut já havia sido demarcado por Vasco da Gama, a frota cabralina não levava consigo nenhum padrão. Então, o capitão mor ordenou arvorar uma grande cruz de madeira.

> Enquanto cortávamos a lenha, faziam dois carpinteiros uma grande Cruz, dum pau, que ontem para isso se cortou. [...] Quando saímos do batel disse o capitão que seria bom irmos direto à Cruz, que estava encostada a uma árvore, junto com o rio, para se erguer amanhã, que é sexta-feira, e que nos puséssemos todos em joelhos e a beijássemos para eles verem o acatamento que lhe tínhamos. (CAMINHA, 2004, p. 110-113).

O significado da cruz não é, portanto, um consenso na historiografia brasileira. Varnhagen considerou a primeira missa parte integrante da cerimônia de tomada de posse da nova região para a Coroa de Portugal, da mesma forma que a cruz de madeira levantada num morro vizinho, com a divisa do venturoso rei D. Manuel. Para Capistrano de Abreu não resta dúvidas quanto ao significado da cruz levantada em 1500.

> A Cruz foi chantada a 1 de Maio:a 2, partiram o navio mandando ao Reino e a poderosa frota para a índia, deixado lacrimosos dois degradados incumbidos de inquirem da terra e irem aprendendo a língua; alguns marujos desertaram, segundo parece. As seguintes palavras de Caminha representam as reflexões de um espírito superior ante esses dias e espetáculos extraordinários: "N'ella até agora não podemos saber que haja, nem prata, nem nenhuma cousa de metal, nem ferro lho vimos; pero a terra em si é de muitos boos ares assi frios e temperados como os d'antre Doiro e Minho, porque n'este tempo agora assi os achavamos como os de lá; aguas são muitas infindas e em tal maneira é graciosa que querendo a aproveitar dar-se-á n'ella se pode fazer me parece que será salvar esta gente; e esta deve lançar, e que hi non houvesse mais ca ter aqui esta pou'sada pêra esta navegação de Calecut abastaria, quanto mais disposição para se n'ella cumprir e fazer o que Vossa Alteza tanto deseja, s. o acrescentamento de nossa santa fé. (ABREU, 1954, p. 74-75).

A historiografia, ao mencionar a cruz fixada, muitas vezes diverge sobre a data do ato de afinco da cruz. Este detalhe que parece ser insignificante, tem explicações protocolares de raiz lusitana que deu origem ao chamamento da Província de Santa Cruz.

> [...] E tornando a Pedro Álvares, seu descobridor, passados alguns dias que ali esteve fazendo sua aguada e esperando por tempo que lhe servisse, antes de se partir, por deixar aquela província, por ele novamente descoberta, mandou alçar uma cruz no mais alto lugar de uma árvore, onde foi arvorada com grande solenidade e bênçãos de sacerdotes que levava em sua companhia, dando à terra este nome de Santa Cruz: cuja festa celebrava naquele mesmo dia a santa Madre Igreja (que era aos 3 de Maio). O que não parece carecer de mistério, porque como nestes reinos de Portugal trazem a cruz no peito por insígnia da ordem e cavalaria de Cristo, assim prouve a ele que esta terra se descobrisse a tempo que o tal nome lhe pudesse ser dado no dia, pois havia de ser possuída de portugueses e ficar por herança de patrimônio ao mestrado da mesma Ordem de Cristo (O RECONHECIMENTO DO BRASIL, 1989, p. 73).

Em geral, a missa realizada em solo brasileiro foi interpretada pela historiografia como uma cerimônia de posse. O afinco da cruz seria o símbolo deste desfrute. Mas tanto a missa quanto a cruz podem ser interpretadas como formas protocolares de uma aliança silenciosa. Ao menos, a descrição de Caminha sugere um ambiente favorável à aliança luso-ameríndia. Para Sérgio Buarque de Holanda (1968, p. 49) esse primeiro contato é o mais cordial que se poderia esperar.

A narrativa caminiana, também conhecida como a "certidão de nascimento ou batismo" do Brasil, passou a ser incorporada a história brasileira no ano de 1817, quando teve sua primeira publicação na corografia brasílica de Aires Casal.a do venturoso rei D. Manuel. Para Capistrano de Abreu não resta dúvidas quanto ao significado da cruz levantada em 1500.

Figura 3: Detalhe da obra A primeira missa no Brasil, Victor Meirelles de Lima, 1861.

A carta, testemunha ocular do acontecimento, foi uma das principais fontes de inspiração para a obra pictórica A primeira Missa no Brasil (1861), de Victor Meireles. Em seu estudo sobre a "invenção da descoberta", Jorge Coli (2005, p. 39) afirma que o quadro de Meireles se tornou a "verdade visual" do episódio narrado na carta. "O quadro de Victor Meirelles, fez, em grande parte, com que o Descobrimento tomasse corpo e se instalasse de modo definitivo no interior da nossa cultura" (NOVAES, 1998, p. 107).

Outros artistas também se inspiraram na carta escrita por Caminha e retrataram a primeira missa. Uma das obras é de autoria de Candido Portinari, A primeira Missa no Brasil (1948). Portinari não é objetivo como Meireles na composição do cenário, no entanto dá outra interpretação, "colocando hierarquicamente os componentes de maior importância, dando ao leitor do quadro voz, para questionar-se onde estão os índios e a natureza tropical" (RIBEIRO, p. 54).

Figura 4: A primeira missa no Brasil, Candido Portinari, 1948.

Ainda eu seu estudo sobre a Carta de Caminha na Literatura e na Pintura, Maria Aparecida Ribeiro, faz referência a dois retratistas portugueses que descreveram por meio da pintura a Primeira Missa no Brasil. Segundo considerações de Ribeiro, o autor Ernesto Condeixa produziu uma "espécie de paráfrase do quadro de Vítor Meireles".

> **Reduzindo a floresta próxima a uma bananeira e umas poucas palmeiras e colocando um plano de fundo as árvores bastas, Condeixa também privilegia com a incidência da luz a cena da missa, na qual apenas inverte a posição do altar, colocando-o à direita do observador do quadro [...]. E lá estão a mesma compenetração dos descobridores e a mesma curiosidade dos índios (desta vez com cocares exóticos, porque com penas flexíveis, que são a sensação de pássaros em voo) [...]. Há, porém, um elemento que assinala a diferença de olhar nesse novo culto à expansão da fé. Condeixa retira do altar as flores silvestres (marca brasílica de Meireles) e, aproveita a posição da cruz em relação ao observador ao observador do quadro, impõe-lhe a marca do império: o escudo português. Assim conjugados, cruz e escudo, fazem às palavras de Caminha: "Chantada a cruz, com as armas e a divisa de Vossa Alteza, que primeiramente lhe pregaram...(RIBEIRO, p. 36-36).**

Figura 5: Primeira Missa, Ernesto Condeixa, sem data.

No relato da História das coisas mais memoráveis acontecidas no Maranhão, o missionário capuchinho Yves D'Évreux que esteve na região entre os anos de 1613 e 1614, descreve em um capítulo sobre a chegada de uma barca portuguesa ao Maranhão que venho para firmar posse sobre o território.

> [...] ora os franceses moradores nas fortificações, que diziam ter ouvido tiros de canhão para o lado da costa da pequena ilha Santana, e da de Tabucuru, e ter visto três navios velejando ao redor da ilha, quando se apresentou uma barca, comandada por um capitão português, chamado Martim Soares. Vinha da ilha de Santana, onde tinha desembarcado, tomado posse dela para o Rei Católico, plantando uma grande cruz, e levantando um marco com uma inscrição (ÉVREUX, 2007, p. 35).

Mas a posse poderia ter um duplo significado já que a expansão ultramarina dos portugueses tinha desde meados do século XIV uma legitimação da Igreja por intermédio de várias bulas papais.

Per majorem gloria Regis (Pela maior glória do Rei)

Muitas bulas papais concederam, ampliaram e/ou ratificaram o direito da coroa portuguesa de posse de novas terras e ilhas. A partir de 1492, os espanhóis passam a compartilhar com os portugueses o privilégio de se apossar de terras e ilhas no Ocidente e no Oriente. Com o Tratado de Tordesilhas (1494), as coroas ibéricas definem os limites de seus domínios ultramarinos. Contudo, a demarcação será feita na medida em que avança a exploração e a colonização do Novo Mundo.

A forma mais comum de demarcação era erguer um padrão, fazer uma inscrição na pedra ou gravar nela o brasão do reino e a cruz dos cristãos.

Na África equatorial, os portugueses fizeram inscrições nas quedas de Ielala, Rio Zaire, durante[2] a primeira viagem de Diogo Cão àquelas paragens.

Figura 6: Inscrições na pedra onde se lê "aqui chegaram os navios do esclarecido Rei Dom Joao o Segundo de Portugal. Diogo Cão/Pero Annes/Pero da Costa".

Além do padrão, a elevação da cruz de madeira também foi utilizada como sinal de posse. O símbolo da religião cristã, erguido para simbolizar a tomada de posse, nem sempre foi aceito pelos nativos. Em 1497, a cruz plantada por ordem de Vasco da Gama na África austral foi derrubada pelos nativos (COSTA E SILVA, 2002, p. 761). Também a cruz erguida por ordem de Jacques Cartier no Canadá foi rechaçada com gestos explícitos pelos indígenas (BIDEAUX, 1986, p. 116-117). Mas a carta de Pero Vaz de Caminha e a relação de Binnot de Gonneville afirmam que os indígenas acolheram as respectivas cruzes plantadas em seus territórios. Inclusive, o capitão normando chegou mesmo a escrever que o cacique carijó lhe prometeu cuidar daquela cruz de madeira, símbolo da aliança franco-carijó.

Leyla Perrone- Moisés (1992, p.61), ao questionar sobre o entendimento a respeito daquela cruz por parte dos autóctones, afirma que certamente os indígenas perceberam que os franceses prezavam muito tal símbolo, e que por isso passaram a repetir o sinal da cruz com os dedos para agradá-los. Para Sérgio Buarque de Hollanda (1968, p. 50) o espírito de imitação que tantas vezes tem sido apresentado como traço de caráter comum a todos os nossos índios, também aparece com nitidez na primeira missa realizada em solo brasileiro. Contudo, a cruz deixada tanto por Caminha quanto por Gonnoville certamente não teve o mesmo significado para os indígenas.

---

[2] Ao descrever sobre a costa brasileira no final do século XVI, o aventureiro inglês Anthnoy Knivet mencionou pedras com inscrições de nomes portugueses. Cf. Anthony Knivet, As incríveis aventuras e estranhos infortúnios de Anthony Knivet. Memórias de um aventureiro inglês que em 1591 saiu de seu país com o pirata Thomas Cavendish e foi abandonado no Brasil, entre índios canibais e colonos selvagens. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007, p. 227.

Comparando a carta de Caminha e o relato de Gonneville, Leyla Perrone- Moisés, faz sua primeira distinção sobre as inscrições deixadas na cruz. "A cruz dos portugueses traz pregadas "as armas e a divisa" do Rei", enquanto a cruz de Gonneville tem menores pretensões; "destina-se a mostrar não que a terra já tinha dono, mas apenas "que ali haviam chegado cristãos" (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 101-102).

> Divulgava o rei os feitos de seus navegadores urbi et orbi, principalmente aos vizinhos espanhóis, por causa dos ajustes de Tordesilhas, em que era preciso indicar onde tais terras se situavam na demarcação deste ou daquele soberano. Em obediência a tal princípio deixou Cabral antes de partir de Porto Seguro uma grande cruz de madeira com inscrições, segundo reza o Piloto Anônimo, à guisa de tomada de posse por Portugal. Na falta de padrões de pedra de Lioz (localidade não muito distante de Lisboa) obrigatoriamente presentes no porão das naus descobridoras, recorrera ao comandante da empresa tão - só comercial ao sucedâneo, enquanto outra expedição não trouxesse os marcos de costume (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 36).

Assim, os portugueses navegavam guiados por um símbolo que os protegeria do demônio que assombrava seu imaginário perante o empreendimento de descobrir novos territórios. Porém, a intenção dos franceses era de "garantir boas relações com os carijós e assegurar futuras trocas".

Per majorem gloria Dei (Pela maior glória de Deus)

Ao mesmo tempo em que o poder temporal tomava posse dos territórios do além-mar, a Igreja reivindicava a posse das almas daquelas gentes.

Para a Igreja, tratava-se de uma disputa entre cristãos, infiéis e pagãos. Nesse sentido, não havia meio termo, ou a conversão ou a danação.

Religião e navegação eram inseparáveis, na medida que, contra o terror dos elementos e o temor do descobrimento, os marinheiros tinham a fé como último recurso (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 43).
Laura de Mello e Souza chamou atenção para o seguinte paradoxo: enquanto os portugueses seguiam uma ciência náutica para marear com precisão, os espetáculos de Gil Vicente, eivados de magismo e de maravilhoso, alegravam multidões em Lisboa (MELLO E SOUZA, 1993, p. 21).

Na imaginosa mentalidade medieval as forças desconhecidas eram incontroláveis, o referencial era o sagrado. O "gosto da maravilha e do mistério" presentes nos documentos quinhentistas como a literatura, a cartografia e principalmente os relatos de viagens, alvoroçaram o psicológico coletivo fazendo com que a expansão ultramarina deslocasse para o Novo Mundo projeções do imaginário europeu aflorando o imaginário "moderno", sem deixar que a fé e a colonização andassem de braços dados neste empreendimento.

No cotidiano medievo "o milagre e a maravilha cristã são sempre edificados por Deus" (JÚNIOR, 2005, p. 141), "e com a cristianização mais homogênea do velho Continente, o diabo se mudara para o Novo Mundo" (MELLO E SOUZA, 1993, p. 30). Portanto, ao descobrir a América, buscou-se edenizar seu espaço, denegrindo o nativo a fim de justificar a sua cristianização.

A hierofania se manifestava no Novo Mundo pela natureza. Sua abundante riqueza e beleza foram narradas constantemente pelos "descobridores", que não deixaram em alguns momentos de detratá-la. Em relatos posteriores os viajantes André Thevet, Jean de Léry, Anthony Knivet, Hans Staden, assim como Pero de Magalhães Gandavo e os missionários religiosos como Pe. Antonio Vieira, Manuel da Nóbrega, Yves D' Évreux entre outros, não esgotaram louvor à natureza pródiga e generosa que a colônia esbanjava.

Diante de todo imaginário literário e interpretações negativas que se faziam sobre o Novo Mundo, aproximar a América do imaginário paradisíaco "preencheria o lugar antes ocupado pelas terras longínquas, que aos poucos, foram sendo devassadas" (MELLO E SOUZA, 1986, p. 43).

> De certa forma, edenizar a América significa estabelecer com ela uma camaradagem, uma cumplicidade que repousava no mundo imaginário. Encontrava-se aqui algo que, de certa forma, já estava concebido: via-se o que se queria ver, o que se ouvira dizer (MELLO E SOUZA, 1986, p. 43).

No entanto, mesmo que os navegadores portugueses tenham se lançado aos mares fascinados por uma "geografia fantástica", e movidos pela gana materialista, eles acabaram por deparar-se com sinais anticristãos, formando assim "mitos de conquista".
Para Sergio Buarque de Holanda (1996, p.15), Colombo não estava longe de certas concepções medievais acerca da realidade física do Éden, pois desde o princípio suas descrições foram impregnadas de magia e lenda.

Se Colombo, inspirado por literaturas anteriores, foi o primeiro a salientar toda a exuberância da visão do paraíso, já Caminha em seu relato sobre a Ilha da Santa Cruz "sequer fez referência ao paraíso terrestre, preocupando-se muito mais em descrever homens do que paisagens" (MELLO E SOUZA, 1986, p. 37).

Por mais que Caminha pudesse ter se deslumbrado com os nativos, descrições demoníacas sobre o território e o gentio foram atribuídas desde primórdios da sua descoberta. Frei Vicente do Salvador (1982) ao registrar o nascimento do nome Brasil, não deixa batida a importância do poder religioso na cruz levantada para batizar a terra que recebeu primeiramente o nome de Província de Santa Cruz, passando, posteriormente, a ser chamada de Brasil "em homenagem ao Lenho Sagrado".

> A 3 de maio, quando se celebra a invenção da santa cruz em que Cristo Nosso Senhor Redentor morreu por nós, e por esta causa pôs nome à terra que havia descoberta de Santa Cruz e por este nome foi conhecida muitos anos.Porém, como o demônio com o sinal da cruz perdeu todo domínio que tinha sobre homens, receando perder também o muito que tinha em os desta terra, trabalhou que se esquecesse o primeiro nome e lhe ficasse o de Brasil, por causa de um pau assim chamado de cor abrasada e vermelha que tingem panos, do qual há muito, nesta terra, como que importava mais o nome de um pau com que tingem panos que o daquele divino pau, que deu tinta e virtude a todos os sacramentos da Igreja (SALVADOR, 1982, p. 57).

Em seus estudos sobre a demonologia no Novo Mundo, Laura de Mello e Souza (1993, p. 30) afirma que o Santo Lenho inscrevia o sacrifício de Cristo na gênese da nova terra, que ficava dedicada a Deus, havendo grande esperança na conversão dos gentios. A autora também aponta para o fato de que "frei Vicente do Salvador não tinha conhecimento da presença do nome Brasil nas cartas medievais", mas sua explicação de cunho religioso refere-se ao embate entre o Bem e o Mal - "Reino de Deus- e o Inferno, onde o demônio levou a melhor, pois Brasil foi o nome que vingou" (MELLO E SOUZA, 1986, p. 29).

> [...] associou "esta porção imatura da Terra" ao âmbito das possessões demoníacas: sobre a colônia nascente, despejou toda a carga do imaginário europeu, no qual desde pelo menos o século XI, o demônio ocupava papel destaque. [...] O Brasil colônia portuguesa, nascia assim sob o signo do Demo e das projeções do imaginário do homem ocidental (MELLO E SOUZA, 1986, p. 28).

João de Barros, mencionou a finalidade da cruz plantada por Cabral no dia 3 de maio antes de sua partida para a Índia. "O Santo Lenho inscrevia o sacrifício de Cristo na gênese da nova terra, que ficava toda ela dedicada a Deus, havendo grande esperança na conversão dos gentios" (MELLO E SOUZA, 1986, p. 30).

> Por qual nome, Santa Cruz, foi aquela terra nomeáda osprimeiros anos, e a cruz arvorada alguns anos durou naquele lugar.
> Porém, como o demónio, por sinal da cruz,perdeu o domínio que tinha sôbre nós, mediante a paixãode Cristo Jesus consumada nela, tanto que daquela terra começou de vir o pau chamado Brasil, trabalhou que êste nome ficasse na boca do povo, e que se perdesse o de Santa Cruz.
> Como que importava mais o nome de um pau que tinge panos, que daquele pau que deu tintura a todos os sacramentos per que somos salvos, per sangue de Cristo Jesus, que nêle foi derramado (BARROS, 1982, p. 111).

Amofinado com o culto à prática comercial do pau-brasil, João de Barros criticou a cobiça pelo lenho demoníaco, pois em princípio o rumo lusitano era outro e agora haveria que se corrigir este mal descoberto.

> E pois em outra cousa, nesta párte, me não posso vingar do demónio; admoesto da párte da cruz de Cristo Jesus a todos que êste lugar lerem, que dêm a esta terra o nome, que com tanta solenidade lhe foi posto, sob pena de a mesma cruz, que nos há-de ser mostrando no dia final, os acusar de mais devotos do pau Brasil que dela. E por honra de tão grande terra chamemo-lhes provincia, e digamos a Província de Santa Cruz, que sôa melhor entre prudentes, que Brasil posto per vulgo sem consideração e não habilitado para dar nome ás propriedades da real corôa (BARROS, 1982, p. 111-112).

O fato de o vulgo lenhoso ter reinado sobre o primeiro nome da Província também causou incomodo no cronista Pero de Magalhães Gândavo que acreditava piamente que o nome Província de Santa Cruz deveria ser restituído, já "que o demônio tanto trabalhou e tanto trabalha por extinguir a memória da Santa Cruz e desterra-la dos corações dos homens" (GANDAVO, 1980, p. 80).

Devido o advento da cruz, os demônios teriam abandonado o mediterrâneo e voado para o Novo Mundo. Como os nativos eram desprovidos de três letras "Lei, Fé e Rei" o território habitado pelos indígenas acabou por ser considerado infernal, da mesma forma que os nativos foram julgados seres pagãos.

> A percepção dos índios como uma outra humanidade, como animais e como demônios corresponde a três níveis possíveis através dos quais se expressam as considerações européias acerca dos homens americanos. Não seguem uma ordenação cronológica – os índios não foram primeiramente percebidos como outra humanidade e depois como animais. Em relação ao Brasil [...] No tocante aos homens, a constatação foi, quase sempre depreciativa. Fundidos ao homem selvagem, os quase simpáticos monstros europeus se animalizaram e se diabolizaram na colônia muito mais do que nos centros hegemônicos (MELLO E SOUZA, 1986, p. 56).

Conquistar a terra para o poder espiritual significava banir o demônio. Segundo Iza Chain (2003, p.107), o empreendimento missionário deveria arrebanhar "ovelhas desgarradas" e reconduzi-las ao seio de um único pastor.

> A visão dogmática com a qual os jesuítas, grande parte da sociedade lusitana e, de resto, o poder eclesiástico em toda a Europa enxergavam as novas terras e gentes situadas à margem do orbe cristão, possibilitava a cisão entre civilização ungida pelo Bem e selvagens escravizados pelo Mal (CHAIN, 2003, p. 108).

A cruz era uma forma de expurgar os males do território e manter distante o poder Maligno. Desta forma, em 1612, os missionários franceses presentes no Maranhão, seguiram a lógica demonológica em voga chantando uma cruz a fim de realizar uma aliança entre Deus e os nativos.

> Terminando o sermão, explicou o sr. Dês Vaux aos principais dos índios e a outros que assistiam à cerimônia, porque chantávamos a Cruz ali; e disse-lhes que o fazíamos em testemunho da aliança firmada entre êles e Deus em virtude da promessa solene por êles feita de abraçarem nossa religião e de renunciarem por completo ao maldito Jurupari, o qual jamais poderia substituir diante dessa cruz, logo que fosse benzida, e teria que abandonar a região em que ela se achava plantada. Por isso tinham que desistir, em primeiro lugar, de seu modo de vida errado e principalmente de comer carne humana, fosse ela de seus piores inimigos; e em segundo lugar deviam obedecer às leis e a tudo o que lhes ordenasse os Paí; e finalmente a combater com coragem sob êsse glorioso estandarte e mil vezes morrer a permitir que fôsse a cruz retirada de seu lugar (ABBEVILLE, 1975, p. 73).

Assim a missão religiosa fazia por forças missionárias jesuíticas os nativos aceitarem o símbolo cristão como forma de banir o poder interdito proclamando o poder lícito. Portanto, o conjunto das idéias e da mentalidade dos indivíduos missionários, apenas reforçou a impressão primária dos navegadores ibéricos ao chegar à terra brasílica, restando aos jesuítas dar continuidade ao processo de expulsão do demo, propagando a cristianização maciça com aqueles seres que segundo relatos eram indivíduos infernais por cultuarem o demônio e manterem hábitos antropofágicos.

A cruz como sinal para os navegadores

E a Cruz ao alto diz que o que me há na alma
E faz a febre em mim de navegar
Só encontrará de Deus na eterna calma
O porto sempre por achar
Fernando Pessoa

Segundo Patricia Seed, os portugueses usavam marcos em suas descobertas para se orientar geograficamente na medida em que novas terras, ilhas e mares eram descobertos pelos navegadores a serviço da coroa portuguesa.

> Os marcos portugueses de descoberta eram visivelmente fixados sobre altos monumentos de pedra e, ocasionalmente, cruzes. Mas, marcando assim seu progresso pelos oceanos até novas terras, os portugueses também estavam mapeando uma grade –uma rede imaginária de números – latitudes registradas por astrônomos e pilotos, fixadas tanto nos guias subseqüentes quanto na terra, pelos símbolos visíveis das colunas de pedra e das ocasionais cruzes (SEED, 1999, p. 171).

Para alicerçar sua tipologia de diferentes cerimônias de conquista por parte dos europeus, Seed ressalta a carta do mestre João e pouca atenção dá à carta de Caminha. Mas é nela que se encontra a referência à cruz plantada em 1500.

> E hoje, que é sexta-feira, primeiro dia de maio pela manhã, saímos em terra, com nossa bandeira; e fomos desembarcar acima do rio contra o sul, onde nos pareceu que seria melhor chantar a Cruz, para melhor ser vista. Ali assinalou o Capitão o lugar onde fizessem a cova para a chantar (CAMINHA, 2004, p. 114-115).

A cerimônia de posse foi descrita por Caminha em sua carta a El- Rei D. Manuel e, no entanto, tal cerimônia não é levada em conta na análise de Patricia Seed. A cruz plantada pelos portugueses por ordem de Pedro Álvares Cabral em 1500, parece ter uma funcionalidade múltipla. Por um lado, ela simbolizava posse, por outro, servia como marcador de limites e sinal para os mareantes de que ali havia cristãos em aliança com gentios.

No caso francês, Seed destaca, que primeiramente, eram utilizadas cruzes para sinalizar uma cerimônia religiosa, sendo que mais tarde os franceses passaram a utilizar outros instrumentos que levavam o nome da Coroa nos novos rituais.

> Para os franceses, a cruz simbolizava uma aliança religiosa com os nativos, refletindo o desejo destes últimos de "abraçar sua [dos franceses] religião". Entretanto, também era imperativo "fazê-los [os índios] saber que isso [erguer a cruz] não era suficiente. Eles devem também exibir as armas da França pelos mesmos meios (a fim de comprometer os franceses a nunca abandoná-los)". Era necessário outra cerimônia. Essa última cerimônia plantaria um símbolo diferente, as armas da França. Já que "a cruz era sinal do modo como tomamos posse de sua terra em nome de Jesus Cristo," escreveu D' Abbeville, da soberania do rei da França, e uma evidência... da obediência que eles [os indígenas] prometeram sempre e perpetuamente devotar a Sua Cristianíssima Majestade."
>
> A última deveria ser um acontecimento estritamente político. Como em todas as outras cerimônias de posse na América, desde a primeira vez em que os franceses aportaram, o consentimento indígenaprecisava ser garantido em primeiro lugar: Foi-lhes [aos indígenas] concedido um mês para que cuidadosamente considerassem... (SEED, 1999, p. 65)

Para Patricia Seed (1999, p. 170), cruzes eram os objetos tradicionalmente plantados pelos europeus durante suas viagens as novas regiões, mas seu real significado cultural e político variava amplamente. Curiosamente Seed (1999, p. 251) afirma que "as cruzes eram plantadas pelos franceses como sinais de posse, mas supostamente havia o consentimento indígena para isso". Já "os exploradores portugueses utilizavam cruzes e pilares, mas para marcar os limites de suas descobertas marítimas". Ora, a cruz plantada por ordem do capitão normando Binnot de Gonneville em terra carijó não tinha o intuito de tomar posse e sim de simbolizar uma aliança franco-ameríndia. Trinta anos depois, a cruz plantada por ordem de Jacques Cartier recebeu forte objeção dos nativos, segundo o relato do próprio capitão de Saint Malo.

Em 1553, a bordo de um navio espanhol, Hans Staden (1999, p. 39) encontrou um natural de Bilbao na ilha de Santa Catarina, onde havia uma cruz plantada pelos seus compatriotas, aliados dos carijós.

> **Quando chegamos mais perto, reconhecemos uma grande cruz de madeira, fixada com pedras sobre um monte.Debatemos a respeito, tentando imaginar que nau teria erguido uma cruz daquelas. Assim, avançamos a partir da cruz para fazer o reconhecimento da terra em torno. Enquanto seguíamos adiante no barco, um dos nossos sentou-se no chão para ler as letras mais atentamente e começou a entendê-las. Estava entalhada a seguinte frase, em língua espanhola: "Se por acaso vier para cá a armada de sua Majestade, disparem um tiro e receberão informações" (STADEN, 1999, p. 39).**

A cruz como sinal para os marinheiros foi também a desculpa dada por Jacques Cartier a Donnacona. Depois de o chefe indígena ter dado a entender que toda a terra aquela lhe pertencia e que os franceses não deveriam ter plantado a cruz sem sua permissão, Cartier lhe que a cruz era apenas para sinalizar a entrada do porto. Mas se a cruz tinha apenas essa função, então, por que o brasão com a flor de lis e a inscrição "Vive le Roi de France"? Se no litoral brasileiro, as cruzes e padrões que os portugueses erguiam serviam para sinalizar suas posses e, ao mesmo tempo, indicar aos cristãos que ali poderão fazer aguada ou talvez comércio, além de obter eventual auxílio e/ou proteção, não se pode excluir também a possibilidade de sinalizar um porto, a entrada de uma barra ou um local favorável para lançar âncora.

Vale lembrar que ao longo do século XVI, as cruzes não se limitam apenas ao litoral, mas passam também a integrar a paisagem do interior, à beira de estradas, em colinas que acusam um arraial próximo ou uma ermida.

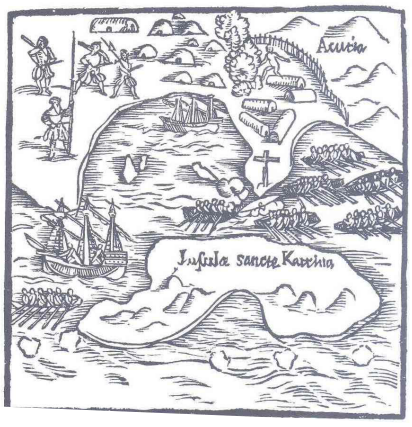

Figura 7: Detalhe iconográfico do relato de Hans Staden, 1557.

A cruz como sinal de aliança

Como já foi mencionado anteriormente, a cruz plantada por ordem de Pedro Álvares Cabral pode ser considerada não apenas como um sinal de posse, mas também como uma aliança com os gentios que deveriam se integrar ao povo católico.

> Passados alguns dias, enquanto o tempo não servia, e fizeram aguáda, quando veio a três de maio, que Pedro Álvares se quis partir, por dar nome àquela terra por ele novamente achada, mandou arvorar uma cruz mui grande no mais alto lugar de uma árvore e, ao pé dela, se disse missa. A qual foi posta com solenidade de bênçãos dos sacerdotes, dando este nome à terra, Santa Cruz. Quase como que por reverência do sacrifício, que se celebrou ao pé da árvore, e sinal que se nela arvorou com tantas bênçãos e orações, ficava toda aquela terra dedicada a Deus, onde ele, por sua misericórdia, haverá por bem, ser adorado por culto de católico povo, posto que ao presente tão sáfaro dele estivesse aquele gentio (BARROS, 1982, p. 110-111).

Mas a aliança entre adventícios e nativos só pode ser deduzida através da análise da documentação portuguesa.

Pero Vaz de Caminha comenta que os índios imitaram os portugueses durante a cerimônia religiosa o que – segundo o escrivão – seria um acordo implícito daquelas gentes ao protocolo português de aliança.

João de Barros também se refere ao mimetismo dos indígenas.

> E naquela Barbara terra nunca trilhada de povo cristão, aprouve a Nosso Senhor, por os méritos daquele santo sacrifício, memória de nossa redenção, ser louvado e glorificado não somente daquele povo fiel da armada, mas ainda do pagão da terra, o qual podemos crer estar ainda na lei da natureza (BARROS, 1982, 110-111).

O local escolhido por Pedro Álvares Cabral para chantar a cruz também permite supor que a sua visualização era importante para cumprir com outra função, ou seja, para orientar as viagens futuras dos portugueses por aquelas paragens. A preocupação com a visualização da cruz fincada em novas terras e ilhas se encontra também em outros relatos das navegações ibéricas ao Novo Mundo como, por exemplo, no relato do toscano Antonio Pigafetta.

Em relação à cruz plantada por ordem do capitão normando Binnot de Gonneville em terras carijós não resta menor dúvida quanto ao seu caráter de aliança. Trata-se, por sua vez, de uma aliança religiosa, mas igualmente comercial.

> No dia de Páscoa de 1504, realizou- se a "devota cerimônia" da chantadura de uma grande cruz de madeira pintada, num outeiro com vista para o mar. A singela procissão descrita por Goneville irmanou marinheiros e nativos, como numa festa de aldeia normanda. Música e ritual sempre tiveram muito sucesso junto aos índios. Depois da cerimônia, fez-se uma grande distribuição de presentes ("bugigangas baratas, mas por eles prezadas", anotam uma vez mais os bons comerciantes)." Para que o fato lhes ficasse na memória". Goneville e seus companheiros são homens de fé; mas são também práticos e realistas.As almas se conquistam com bens matérias.
>
> O sábio senhor Lê Febvre cumpre, então, uma nova tarefa intelectual: redigir a inscrição que figuraria na cruz, não uma inscrição qualquer, como "aqui esteve Goneville", mas um dístico numeral latino indicado, de modo astucioso, a data do evento. Além da inscrição, a cruz trazia o nome do Papa, que era Almirante de França, que era Loius Mallet de Graville.

> O texto inscrito na cruz ´revelador. Não se trata de uma tomada de posse da terra, mas de uma associação firmada entre os normandos e os indígenas, um tratado de aliança. De fato, esses primeiros comerciantes franceses que vieram ao Brasil não pretendiam instalar-se na terra e colonizá-la, mas apenas estabelecer boas relações com os índios, visando presentes e futuros negócios. A terra não é por eles batizada, e o nome do rei da França aí figura não como o de seu dono, mas, justamente com o do Papa e o Almirante, na qualidade do Superior a que os normandos prestam obediência e homenagem (PÉRONE-MOISÉS, 1992, p. 58-59).

Em sua primeira viagem à Índia, Vasco da Gama deu ordens de meter cinco padrões a partir do último colocado durante a viagem de Bartolomeu Dias à África austral. Em Melinde, o capitão português mandou erguer o padrão do Espírito Santo após o consentimento do rei local e o fez em testemunho da paz e amizade que com ele assentara (BARROS, 1982, p. 49). Antes disso, Vasco da Gama havia informado o rei de Melinde que a aliança com os portugueses seria útil já que eles tinham tanta artilharia e tantas naus maiores que aquelas, que poderiam cobrir os mares da Índia e ajudá-lo contra seus inimigos (BARROS, 1982, p. 46).

Da primeira circunavegação, o relatório de Antonio Pigafetta não deixa dúvidas sobre o teor das alianças político-militares e comerciais seladas em ilhas do Pacífico. Muitos reis e chefes locais foram aconselhados a se abrigar sobre o estandarte do soberano Carlos V e selar aliança com a coroa espanhola.

A cruz numa praia poderia indicar que ali poderia ser feito o escambo, pois cristãos tinham ali empório. A cruz plantada na França equinocial também é um sinal da aliança franco-ameríndia. Segundo as obras dos padres capuchinhos Claude d'Abbeville e Yves d'Evreux, os indígenas do norte do Brasil já tinham comércio com os franceses há décadas naquela região e estavam de acordo com a fundação de uma colônia francesa em seu território. Porém, os indígenas não tinham ciência de todas as implicações que a aliança com os franceses requeria.

Com a chegada dos representantes da coroa francesa, os senhores La Ravardière, Rossily, Harlay e os da Igreja, novas leis foram impostas aos indígenas e aos franceses, pelos padres capuchinhos. Se a cruz era um sinal da aliança franco-ameríndia, ela também exigia sua adoração e, por conseguinte, o abandono por parte dos indígenas de seus ídolos.

A cruz como proteção político-militar

> O capitão mandou trazer uma grande cruz, com os pregos e a coroa de espinhos, diante da qual nos prostramos, sendo imitados pelos ilhéus. Através do intérprete, o capitão disse aos reis que esta cruz era o estandarte que lhe fora confiado por seu imperador, para que fincasse no melhor lugar que pisasse. Por conseguinte, queria erguê-la nesta ilha, como um fator de reconhecimento e de proteção pois, dali em diante, todo o navio europeu que chegasse à ilha saberia, ao ver a cruz, que ali havíamos sido recebidos como amigos e não cometeriam nenhuma violência contra as pessoas ou propriedades locais. Disse que era preciso colocar a cruz sobre a parte mais elevada das cercanias, para que todo pudessem vê-la e que a cada manhã deveriam adorá-la, pois se assim o fizessem, nem o raio, nem as tormentas lhes provocariam danos (PIGAFFETA, 2005, p. 95).

Em outras ocasiões, a conversão e o batismo foram impelidos através da coação militar. Se aparentemente a conversão e o batismo do rei de Cebu foram realizados de forma voluntária, alguns chefes foram ameaçados pelo capitão mor da frota espanhola.

> O capitão disse ao rei que entre as vantagens de tornar-se cristão estava a de vencer mais facilmente aos seus inimigos. [...] O capitão mandou então que trouxessem à sua presença todos os chefes [que não reconheciam a autoridade do rei] e lhes disse que se não obedecessem ao rei os mataria a todos e confiscaria seus bens em favor do soberano. Com esta ameaça, todos os chefes prometeram reconhecer sua autoridade.
>
> O capitão assegurou ao rei que depois de sua volta à Espanha retornaria com forças muito mais consideráveis e que se tornaria o mais poderoso monarca daquelas ilhas, como merecia recompensa por ter sido o primeiro que abraçou a religião cristã. [...] Depois de ser fincada uma grande cruz ao lado do tablado, no meio da praça, o capitão anunciou que todos que quisessem se converter ao cristianismo deveriam destruir todos os seus ídolos, substituindo-os pela cruz (PIGAFFETA , 2005, p. 108-109).

Se para os europeus, a cruz representa uma proteção militar aos seus aliados, não se pode esquecer da violência simbólica que ela implica. A conversão dos reis pagãos ou mesmo muçulmanos era uma conditio sine qua non para a aliança; afinal, o estandarte cristão não poderia ser zelado por infiéis ou pagãos. Por isso, os espanhóis obrigaram aos aliados a conversão e a destruição de seus ídolos. Os portugueses também fizeram tal imposição aos negros do Congo quando seu rei abraçou a religião cristã.

Figura 8: Detalhe da obra A primeira missa no Brasil, Victor Meirelles de Lima, 1861.

A cruz plantada na França equinocial também representou uma aliança, uma proteção político-militar e também uma imposição cultural e religiosa. Ao dissipar as dúvidas que pairam sobre as intenções dos franceses em fundar uma colônia no Maranhão, os intérpretes franceses Charles de Vaux e David Migan intervêm junto aos indígenas nesses termos:

> As ilhas que dentro de si tem, entre grandes e pequenas, são trinta e duas: só tem um senão que é não se poder defender a entrada dos corsários, porque tem duas bocas ou barras uma dentro da outra: a primeira a leste da ponta do padrão da Bahia ao morro de São Paulo, que é doze léguas, a segunda que é a interior, do sul da dita barra ou ponta do Padrão à ilha de Taparica, que é boca de três léguas (SALVADOR, 1982, p.112).

Os padres capuchinos Claude d'Abbeville e Yves d'Evreux informam em suas obras que a cruz deveria ser adorada pelos indígenas cujos ídolos como os maracás deveriam igualmente ser destruídos. Assim ao "erguer a ilha do Maranhão" os estandartes da França deveriam ser adorados pelos indígenas e por normandos que presenciaram o cerimonial.

> Depois que os índios plantaram a Cruz como símbolo da aliança eterna com o nosso Deus e o desejo que testemunhavam de pertencerem ao cristianismo, demo-lhes a entender que isso não bastava, que era preciso (a fim de que os franceses não os abandonassem jamais) colocar pelos mesmos meios as armas de França junto da Cruz. Pois assim como esta era o sinal de que havíamos tomado posse da terra em nome de Jesus Cristo, êsses estandartes seriam uma prova da soberania do rei de França e um testemunho de obediência perpétua a Sua Majestade Cristianíssima. Avisamo-los de que deviam pensar sèriamente no que iam fazer e para isso lhes dávamos um mês, porquanto, quando chantassem os estandartes, se tornariam súditos de Sua Majestade e se sujeitariam a suas leis (ABEVILLE, 1975, p. 122).

Após decisão, os indígenas entraram vestidos com as cores da França até o pé da Cruz. Assim, o sr. de la Ravardière proclamou aos franceses, "Senhores, vêde como os próprios índios fincaram esse estandarte de França em sua terra, colocando-a na posse do rei; e juram todos viver e morrer conosco, como verdadeiros súditos e fieis servidores de Sua Majestade" (ABEVILLE, 1975, p. 123).

Antes de partir para a França levando boas novas ao Rei, o sr. Resilly informou aos indígenas que traria muitos outros com ele, para que assim, juntos, se tornassem grandes e temidos pelo mundo inteiro. Em resposta "os índios com manifestação de alegria disseram que sempre haviam desejado a aliança dos franceses e que jamais faltariam a promessa feita" (ABEVILLE, 1975, p. 124).

O padre Abbeville enfatiza que a prática de cultuar as armas da Coroa já era comum entre os Romanos, e que não há nação na terra que não tenha suas armas colocadas nos lugares mais altos dos reinos, das províncias e das cidades, para serem reconhecidas pelas outras. Sendo assim, o fato de os indígenas terem entregado suas terras a França, suplicando para que seu Rei aceitasse a terra, não é para Claude Abbeville a terra recém conquista "pelas armas, mas pela cruz, não pela fôrça, mas pelo amor que docemente obrigou os índios a doar seu país e suas vidas ao rei da França" (ABEVILLE, 1975, p. 124).

Considerações finais

Os múltiplos usos e significados das cruzes plantadas no Brasil durante os séculos XVI e XVII podem ser averiguados em vários documentos quinhentistas e seiscentistas, assim como na historiografia brasileira que diverge quanto aos significados das cruzes.

A análise transversal de certos documentos permite deduzir que os usos e significados das cruzes variam conforme os autores e os destinatários, especialmente quando se tratam de cartas e relatos. Assim, Pero Vaz de Caminha escreveu ao rei D. Manuel e enfatizou a posse, a aliança e o caráter amistoso do encontro com os nativos, os quais imitaram os portugueses em sua cerimônia de tomada de posse e pareceram aceitar a cruz plantada por ordem do capitão mor. A relação de Binnot de Gonneville já tem outro sentido. Com o intuito de prestar contas e exigir indenização por perdas e danos, o capitão normando acentua o caráter comercial da aliança e o proveito que dela poderão ter os armadores de Honfleur.

O aventureiro alemão Hans Staden naufragou nas costas brasileiras e viveu dois anos em território carijó, onde franceses e espanhóis costumavam fazer aguada e escambo. Nesse sentido, a cruz encontrada de fronte a ilha de Santa Catarina é meramente uma cruz para sinalizar aos marinheiros, em caso de necessidade e como foi o seu caso, que por ali havia cristãos.

Já a obra edificante do padre capuchinho trata da missão evangélica na França equinocial. As cruzes erigidas pelos franceses na ilha do Maranhão foram revestidas de um caráter vitorioso. Trata-se da vitória do cristianismo sobre o paganismo, da conversão daquela terra de danação em terra de promissão. A cruz dos franceses significa, igualmente, a aliança entre a filha mais velha da Igreja com aquela mais nova. Assim a cruz na França equinocial seria um desdobramento da primitiva cristianização dos francos. Aqueles que foram, anteriormente, cristianizados, estariam levando o estandarte cristão para novas terras, onde pagãos deveriam ser cristianizados antes do Juízo Final.

Referências Bibliográficas

Alguns documentos sobre a colonização do Brasil (século XVI). Alfa- biblioteca da expansão portuguesa, Lisboa, 1989.

ABBEVILLE, Claude d'. *História da Missão dos Padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

ABREU, J. Capistrano. *Capítulos de História Colonial -1500 -1800*. Livraria Briguiet, 4ª edição, 1954.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz Bandeira. O feudo. O feudo: a Casa da Torre de Garcia d' Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

BARROS, João de. Décadas.Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 3ª edição, 1982, vol. I.

CAMINHA, Pero Vaz. *Carta de Pero Vaz de caminha a El - Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil.* São Paulo: Matin Claret , 2004.

CARDIM, Fernão. *Tratados* da terra e gente do Brasil. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

CHAIN, Iza. *O Diabo nos porões das caravelas: mentalidades, colonialismo, e reflexos na constituição da religiosidade brasileira nos séculos XVI e XVII*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, Campinas: Pontes Editores, 2003.

CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a Formação territorial do Brasil*- I. Portugalia Editora. ?

COSTA E SILVA, Alberto. A Manilha e o Libambo: a África e a Escravidão, de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

DENIS, Ferdinand. *Brasil.* Bolo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

ÉVREUX, Yves d'. *Continuação da história das coisas mais memoráveis acontecidas no maranhão nos anos 1613 e 1614*. Brasília: Senado federal, conselho Editorial, 2007.

GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil; História da província Santa Cruz*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo,1980.

HOLANDA, Sérgio Buarque. História Geral da Civilização Brasileira: *A Época Colonial I: do descobrimento a expansão territorial.* Difusão Européia do Livro, 3ª edição, 1968.

_____.*Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil.* São Paulo, Brasiliense, 6ª ed., 1996.

LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil.* Editora Itatiaia, São Paulo, 1980.

MOISÉS- PERRONE, Leyla. *Vinte Luas: viagem de Paulmier de Goneville ao Brasil: 1503-1505.* São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

NAVARRO, Azpilcueta e outros. *Cartas Avulsas: 1550-1568*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

NOVAES, Adauto (org.). *A descoberta do homem e do mundo.* São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

NÓBREGA, Manoel da. Cartas do Brasil. *Cartas Jesuíticas I*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

PIGAFETTA, Antonio. A primeira viagem ao redor do mundo: o diário de expedição de Fernão Magalhães. Porto Alegre: L&PM Edições, 2005.

SALVADOR, Vicente do, Frei. *História do Brasil: 1500-1627*. 7ª. ed Belo Horizonte: Itatiaia; 1982.

STADEN, Hans. *A verdadeira História dos Selvagens, nus e ferozes devoradores de homens*. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Editora Dantes, 1999.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial.* São Paulo, Companhia das letras, 1986.

_____. *Inferno Atlântico: demonologia e colonização: séculos XVI- XVIII.* São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

SEED, Patricia. *Cerimônias de Posse na Conquista Européia do Novo Mundo (1492 -1640)*. São Paulo, Editora UNESP, 1999.

THEVET, André. *As singularidades da França Antártica.* Ed. Itatiaia, São Paulo, 1978.

Sobre a autora

Joana Carolina Schossler

Dra. em História pela UNICAMP

É graduada em História pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC/2008), mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS/2010), especialista em Conservação do Patrimônio pelo Institut National du Patrimoine (INP/Paris/2015), doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP/2016), com estágio sanduíche na Universitè Paul Valéry - Montpellier III, França (2014-2015). Foi Pós-doc na UNICAMP, onde pesquisou com financiamento da FAPESP, as tipologias de casas de veraneio no Rio Grande do Sul e as mudanças na paisagem por meio da urbanização do litoral. Suas pesquisas também dedicam-se a prática cultural do veraneio no século XIX e XX, com ênfase em sociabilidades e lazeres, imagens, vestimenta, paisagens, urbanismo e patrimônio. Foi professora de História do Middle School e do Ensino Fundamental II no Sant'Anna Internacional School. É co-criadora e professora convidada no curso Moda Praia (FAAP 2017/2018). Em 2015 foi assessora de pesquisa para a exposição Tous à la plage (CITÈ/PARIS). É autora do livro História do veraneio no Rio Grande do Sul (Paco Editorial, 2013) e artigos relacionados as práticas culturais à beira-mar. Em 2010, sua pesquisa sobre os banhos de mar terapêuticos no Rio Grande do Sul, recebeu o prêmio Rubens Maciel de História da Medicina, oferecido pela AMRIGS.

E-mail: mergulhandonolitoral@gmail.com